

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.913 - SP (2019/0180891-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : ADM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA - SP257302
ANA CAROLINA CASABONA PAPATERRA LIMONGI -
SP297050
AGRAVADO : MEIRA FERNANDES CONTABILIDADE EDUCACIONAL
SOCIEDADE SIMPLES
AGRAVADO : ADVICE SYSTEM - SISTEMAS LUCRATIVOS LTDA
AGRAVADO : CELSO CARLOS FERNANDES E MELO ADVOCACIA
AGRAVADO : MEIRA FERNANDES CONTABILIDADE SOCIEDADE SIMPLES
AGRAVADO : HAVILA ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA
AGRAVADO : MF CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR SOCIEDADE
SIMPLES
AGRAVADO : MEIRA FERNANDES AGROPECUARIA LTDA
AGRAVADO : MARIA VILMA ALVES DA SILVA HIRATA 01079962867
AGRAVADO : ELIETE POCCIA ZANEI 09906430850
ADVOGADO : EDUARDO SEIJE ABRAO - SP332160
INTERES. : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825

DECISÃO

Por meio da petição de fls. 743/755 (e-STJ), a requerente BRADESCO SAUDE S/A afirmou que não foi intimada na pessoa de sua advogada (Dra. ALESSANDRA MARQUES MARTINI - OAB/SP n. 270.825) do acórdão prolatado pelo TJ/SP que deu provimento à apelação interposta pelos requeridos (MEIRA FERNANDES CONTABILIDADE EDUCACIONAL SOCIEDADE SIMPLES e OUTROS). Dessa forma, requereu a nulidade de todos os atos processuais até então praticados, e - via de consequência - a devolução dos prazos processuais pertinentes.

Aduziu, ainda, que requereu na contestação que as publicações ocorressem exclusivamente no nome da advogada mencionada (e-STJ, fl. 152), sob pena de nulidade.

Diante disso, a decisão de fls. 758/759 (e-STJ), determinou a intimação da requerente para que, no prazo de 5 dias, comprovasse por meio de documento idôneo a ausência de intimação da advogada ALESSANDRA

Superior Tribunal de Justiça

MARQUES MARTINI (OAB/SP n. 270.825) dos atos processuais praticados posteriormente à sentença, sob pena de indeferimento do pedido.

Em resposta à referida determinação, a requerente acostou a petição de fls. 762/766 (e-STJ), entretanto não trouxe documento idôneo capaz a comprovar a ausência de intimação da advogada ALESSANDRA MARQUES MARTINI (OAB/SP n. 270.825) dos atos processuais praticados posteriormente à sentença, apenas reproduziu documentação já colacionada anteriormente às fls. 743/755 (e-STJ), a qual não foi considerada apta a subsidiar o pedido de nulidade postulado.

Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido de nulidade de todos os atos processuais praticados posteriormente à sentença.

Pulique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora